

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 13: Desigualdades: dimensões e evoluções recentes

**A DINÂMICA DOS GRUPOS SOCIAIS EM SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1990**

Celi Scalon (UFRJ)

Eduardo Marques (USP/CEBRAP)

## **A dinâmica dos grupos sociais em São Paulo na década de 1990**

Celi Scalon e Eduardo Marques<sup>1</sup>

O artigo discute as transformações da estrutura social na região metropolitana de São Paulo ao longo dos anos 1990. O trabalho parte das classes da classificação de Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) e do Índice ISEI calculados para as áreas de ponderação da região metropolitana de São Paulo para os anos de 1991 e 2000. Em um primeiro momento, analisamos a dinâmica da década de forma agregada, discutindo as transformações observadas à luz das dinâmicas econômicas e do emprego experimentadas pela região no período. Em seguida, detalhamos a análise espacialmente, discutindo os padrões de distribuição das classes no território em 2000 utilizando técnicas de SIG e estatísticas espaciais, como o Índice de Moran. Os resultados nos permitem avaliar mudanças no conjunto da estrutura social e a estrutura de segregação residencial.

---

<sup>1</sup> Celi Scalon é professora titular do Nepp-dh e IFCS da UFRJ e Eduardo Marques é professor livre-docente do Departamento de Ciência Política USP e diretor do Centro de Estudos da Metrópole do CEBRAP.

O artigo discute as transformações experimentadas pela estrutura social na região metropolitana de São Paulo ao longo dos anos 1990. A década foi marcada por intensas mudanças econômicas e no mercado de trabalho, com importantes efeitos sobre as dinâmicas do emprego, da pobreza e dos rendimentos. Para uma parte da literatura, esses processos teriam provocado mudanças de vulto na estrutura social de nossas mais importantes cidades. Simplificando as dinâmicas (que discutiremos na segunda seção), a abertura comercial e a globalização teriam causado importantes processos de polarização social, com o crescimento tanto das camadas mais ricas envolvidas com os serviços produtivos ligados às dinâmicas internacionais da economia, quanto da base da pirâmide, engajada em serviços de baixa qualificação prestados a pessoas, acompanhado de uma redução das camadas médias vinculadas à antiga economia fordista. Esses processos atingiriam com especial força São Paulo, mais importante centro industrial (e econômico) do país. Apesar do razoável interesse analítico pelo tema, entretanto, são relativamente escassos os trabalhos que analisam o fenômeno de forma sistemática empiricamente, tanto sob o ponto de vista das classes e grupos sociais, quanto no que diz respeito à distribuição dos grupos sociais no espaço.

O objetivo desse trabalho é contribuir para o preenchimento desta lacuna. Para tal, utilizamos as classes da classificação de Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) e o Índice Internacional de Status Socioeconômico Ocupacional (ISEI) calculados para as áreas de ponderação da região metropolitana de São Paulo para os anos de 1991 e 2000, partindo das informações dos Censos Demográficos do Ibge. Em um primeiro momento, analisamos a dinâmica da década de forma agregada, discutindo as transformações observadas à luz das informações existentes sobre as dinâmicas econômicas e do emprego experimentadas pela região no período. Em seguida, detalhamos a análise espacialmente, discutindo os padrões de distribuição das classes no território utilizando técnicas de SIG e estatísticas espaciais, como o Índice de Moran. Os resultados nos permitem avaliar, para além das mudanças no conjunto da estrutura social, a estrutura da segregação residencial na metrópole em 2000. Infelizmente, as informações da amostra do Censo de 1991 que são utilizadas para esse tipo de análise não permitem a identificação dos questionários por área de ponderação, impedindo a espacialização da estrutura social para aquela data. Por conta dessa limitação nas informações, não podemos discutir as mudanças ocorridas na estrutura da segregação na metrópole, mas apenas caracterizá-la em 2000.

Os resultados dialogam com estudos recentes sobre segregação por renda e escolaridade em São Paulo, assim como com vasta e importante literatura internacional que tem colocado em dúvida os processos de polarização social em período recente e sugerido que os processos de transformação experimentados pelas grandes cidades têm sido mais complexos, mesmo nos países centrais.

#### 1. A reestruturação produtiva e seus impactos sobre as grandes cidades

Esse artigo discute as transformações ocorridas na estrutura social paulistana em período recente. Para a maior parte da literatura nacional e internacional recente sobre o tema, os principais motores das mudanças vivenciadas pelas grandes cidades nas últimas décadas estiveram associados aos deslocamentos econômicos promovidos pela globalização. Pesquisas recentes têm problematizado essa relação, sustentando que mesmo nas cidades centrais os efeitos dos processos econômicos associados à globalização foram mediados por diversas dimensões políticas, institucionais e ligadas a dinâmicas societárias, produzindo resultados locais diversos (Mollenkopf, ;Hamnet, 2003; Preteceille, 2006; Leal, 2007 e Maloutas, 2007). Os resultados apresentados ao longo desse artigo seguem nessa direção. Como veremos, apesar da intensa mudança econômica ocorrida ao longo da década, ocorreram apenas transformações localizadas na estrutura social. Mesmo onde essas mudanças apresentaram porte razoável, não sinalizam para polarização da estrutura social.

Entretanto, antes de avançarmos para os dados, enquadraremos a questão em termos mais teóricos e conceituais dialogando com as literaturas respectivas, embora sem a menor pretensão de cobrir exhaustivamente o campo de estudos. De forma a melhor construir o argumento, discutimos as formas através das quais a literatura sobre cidade tematizou a relação entre dinâmicas econômicas e estrutura social. A discussão sobre a estrutura social nas grandes cidades remonta internacionalmente ao menos aos trabalhos pioneiros da Escola de Chicago de sociologia urbana, quanto diversas dimensões da sociabilidade urbana foram explorados, assim como associados a processos sociais mais amplos e aos padrões de distribuição dos grupos sociais no espaço (Park, Wirth and McKenzie, 1925). Na construção dessa tradição, uma série de dimensões era considerada como responsável pela produção e reprodução da estrutura social, assim como pela sua distribuição nos espaços metropolitanos então em construção. Naquele momento, a cidade se construía como problema, tanto em termos social e políticos como academicamente, sendo tematizada de forma intensa pela mais variada frente de interpretações, desde as artes até as ciências sociais.

O segundo momento de análise internacional concentrada do tema ocorreu com o desenvolvimento da chamada escola de sociologia urbana francesa, que renovou a investigação sobre a cidade desenvolvendo uma ampla série de estudos associando entre si o Estado, as dinâmicas econômicas mais gerais e a distribuição da estrutura social no espaço urbano, sendo Castells (1983) e Pinçon-Charlot, Preteceille e Rendu (1986) talvez os trabalhos mais emblemáticos a esse respeito. Partindo em maior ou menor grau de um arcabouço teórico marxista, esses trabalhos privilegiaram a relação entre estrutura social e dinâmicas econômicas, destacando a centralidade das segundas para a compreensão da primeira. A tarefa analítica que se colocava naquele momento era a compreensão das características da cidade capitalista e suas conseqüências sociais e políticas.

No caso brasileiro, a recepção dessa literatura acabou se associando ao debate local sobre o caráter dependente de nossa economia e sobre suas conseqüências sobre o mercado de trabalho, a informalidade (Kowarick, 1981) e a assim chamada marginalidade social urbana (Perlman, 1981). A partir dos trabalhos de Camargo et al (1976) e especialmente Kowarick (1979), nossa sociologia trouxe a cidade para o centro de suas preocupações, focando as condições de vida urbana e suas associações com as dinâmicas mais gerais de nosso capitalismo. Embora ao longo dos últimos 30 anos essas preocupações tenham se deslocado substancialmente, continuam sendo tematizadas no debate brasileiro, como discutiremos logo adiante.

No início dos anos 1990, um novo e renovado conjunto de estudos internacionais sobre grandes cidades e suas relações com as dinâmicas econômicas se estabeleceu a partir do trabalho de Sassen (1991). Embora precedido por estudos como Friedman (1986), o trabalho de Sassen se estabeleceu como a referência na descrição de um novo fenômeno urbano mundial de proporções e importância amplos. Segundo a autora, as transformações recentes do capitalismo em nível mundial teriam construído novos papéis às grandes cidades, associando-as em uma rede de intensas relações econômicas entre si e com suas respectivas interlândias. Certas grandes cidades concentrariam funções de comando do mundo dos negócios, desenvolvendo sofisticados setores de serviços a empresas e à finança, associados à gestão do capitalismo globalizado. Nessas cidades, as atividades do terciário aumentariam, enquanto as do secundário cairiam em termos proporcionais e absolutos, levando a importantes transformações nos mercados de trabalho, nas estruturas sociais e nos padrões de rendimento locais. Em termos de estrutura social, se observariam polarizações, já que se reduziria a classe média associada ao secundário e ao mundo do trabalho fordista, enquanto cresceriam os postos de trabalho de altíssima remuneração e especialização associados aos mercados

financeiros e aos serviços às empresas, assim como os empregos associados aos serviços pessoais de baixa qualificação e remuneração.

Embora o trabalho original de Sassen tenha focado Nova Iorque, Londres e Tóquio, uma ampla gama de estudos posteriores analisou muitas outras cidades sob a mesma ótica. A maior parte desses estudos seguiu no enquadramento estabelecido pela discussão das cidades globais, procurando por cidades globais de segunda ou terceira ordem e associando os seus atributos específicos com a posição que ocupariam nessa rede<sup>2</sup>. No caso brasileiro, diversos estudos seguiram esse caminho de forma mais ou menos crítica, derivando dos processos globais inúmeros atributos encontrados localmente, mesmo para dinâmicas ocorridas na década de 1980, quando a economia brasileira permanecia em grande parte fechada e o impacto dos processos globais ainda era pequeno<sup>3</sup>.

Nos últimos anos, alguns trabalhos têm retornado ao tema, realizando um balanço das transformações ocorridas nas últimas décadas, investigando o quanto elas poderiam ser creditadas aos processos econômicos globais e problematizando a relevância das hipóteses iniciais dessa literatura (Mollenkopf, ; Hamnet, 2003; Preteceille, 2006; Leal, 2007 e Maloutas, 2007). O balanço dessa produção sugere que os processos econômicos globais foram mediados por diversas estruturas e processos nacionais ou locais de natureza política, institucional e social, resultando em cenários variados e que pouco se assemelham ao que a hipótese das cidades globais sugeriria. De especial interesse aqui, as transformações ocorridas nas estruturas sociais não indicam a existência de polarização social, ao menos se a entendermos como uma redução do centro das distribuições de ocupações e de rendimento e o aumento do topo e da base dessas distribuições. De uma forma geral, as pesquisas têm mostrado primeiramente certo crescimento do meio da distribuição associado a uma redução dos estratos mais baixos. Isso tem sido acompanhado por um deslocamento importante dos estratos superiores, que indica o surgimento de um novo grupo social de super ricos, associado às ocupações mais fortemente ligadas ao núcleo duro das atividades de negócios globais. O tamanho e os efeitos desse grupo são proporcionais à centralidade das cidades nas redes dos negócios e das finanças globais. Em termos espaciais, esse é um dos principais responsáveis pela explosão dos preços dos mercados imobiliários residenciais em cidades como Londres e Nova Iorque. Em cidades menos centrais nas dinâmicas dos

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, os artigos incluídos em Knox e Taylor (1995).

<sup>3</sup> Para uma crítica dessa literatura ver Marques e Torres (2000).

negócios, esses grupos seriam menores, embora a quantidade de estudos sobre o tema não tenha fornecido evidências empíricas suficientes a esse respeito.

Ao lado desta discussão, coloca-se a literatura sobre classes sociais. Em geral, os trabalhos sobre mobilidade de classe apontam para uma grande estabilidade da estrutura social. O clássico estudo comparativo realizado por Erikson e Goldthorpe, denominado “The Constant Flux” (1993), mostra que, apesar das mudanças no mercado de trabalho nas sociedades industriais, havia grande estabilidade na mobilidade de classes entre gerações. Richard Breen retoma a temática em “Social Mobility in Europe” (2004) e demonstra que os países europeus se tornaram mais similares no que diz respeito à estrutura de classes, considerando os últimos trinta anos. No entanto, existem diferenças significativas na fluidez social desses mesmos países, indicando que não há evidência para apoiar teorias de modernização que prediziam uma convergência no nível de abertura das sociedades industriais. Assim, a partir desse debate, iniciamos esse artigo com duas perguntas associadas entre si. O que teria ocorrido com a estrutura social na cidade de São Paulo nos anos 1990, período de intensa transformação econômica na metrópole, em especial após a abertura econômica? Essas transformações teriam levado à polarização da estrutura social, aumentando os dois extremos da distribuição e reduzindo o centro da distribuição?

## 2. As transformações econômicas e produtivas na São Paulo recente

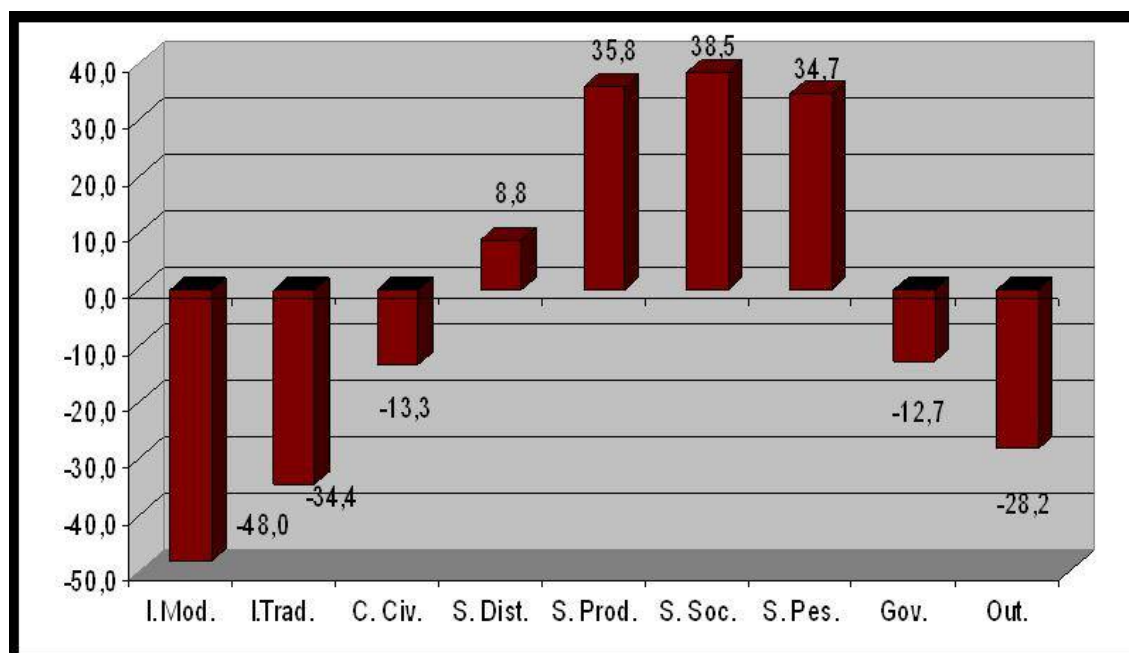
A dinâmica econômica vivenciada em São Paulo nas últimas duas décadas foi de intensa transformação. Sem termos a pretensão de esgotar o assunto, delimitamos nessa seção as principais transformações que se poderia imaginar que impactaram a estrutura social na cidade. Esses processos envolvem tanto dinâmicas conjunturais quanto transformações macroeconômicas e produtivas mais profundas, associadas a mudanças de fundo nas atividades econômicas, na estrutura ocupacional e a distribuição geográfica de ambas no espaço. A investigação, ou mesmo a descrição detalhada dessas dimensões, escapa em muito ao escopo do presente trabalho, mas acreditamos que o enquadramento geral dessas transformações é fundamental para inserir os deslocamentos ocorridos na estrutura social em um quadro mais amplo. Embora essas informações sejam de conhecimento relativamente amplo, a sua apresentação conjunta nos ajuda a enquadrar as mudanças na estrutura social. Vale ainda acrescentar que os processos ocorridos são produto tanto de dinâmicas nacionais e internacionais quanto locais.

A concentração das atividades econômicas em São Paulo sofreu intensa transformação ao longo das últimas décadas e, enquanto em 1970 a região metropolitana concentrava 33,6% do pessoal ocupado na indústria da transformação no país, em 1980 esse número havia caído para 29,3% e para 26,5% em 1990 (Campolina Diniz e Campolina, 2007). Se esse processo envolveu em parte desconcentração industrial em sentido mais clássico, em especial incentivado pelas políticas de desconcentração promovidas pelos governos militares, não significou desindustrialização, nem nos anos 1970 e 1980 nem mais recentemente. Desde os anos 1990, as tendências são mais claras e se associam a uma forte reestruturação produtiva, incentivada especialmente pela abertura comercial dos 1990. Em termos geográficos, uma parte significativa dessa desconcentração ocorreu para regiões próximas a São Paulo, como Campinas e São José dos Campos, em um processo denominado pela literatura de desconcentração concentrada. Ao final desse processo, a metrópole paulistana ocupava novas funções econômicas associadas à centralidade de uma cidade-região mais ampla, no interior da qual as atividades de comando, as finanças e a produção do conhecimento e inovação se encontram hoje ainda mais concentradas do que nos anos da concentração das atividades fordistas (Campolina Diniz e Campolina, 2007).

A construção desses novos papéis se fez acompanhar de significativas mudanças na composição do emprego por setores econômicos, como podemos ver no Gráfico 1 seguir. Ao longo da década de 1990, o emprego tendeu a crescer nos setores de serviços produtivos, sociais e pessoais e cair nas atividades industriais, tradicionais, modernas e da construção.



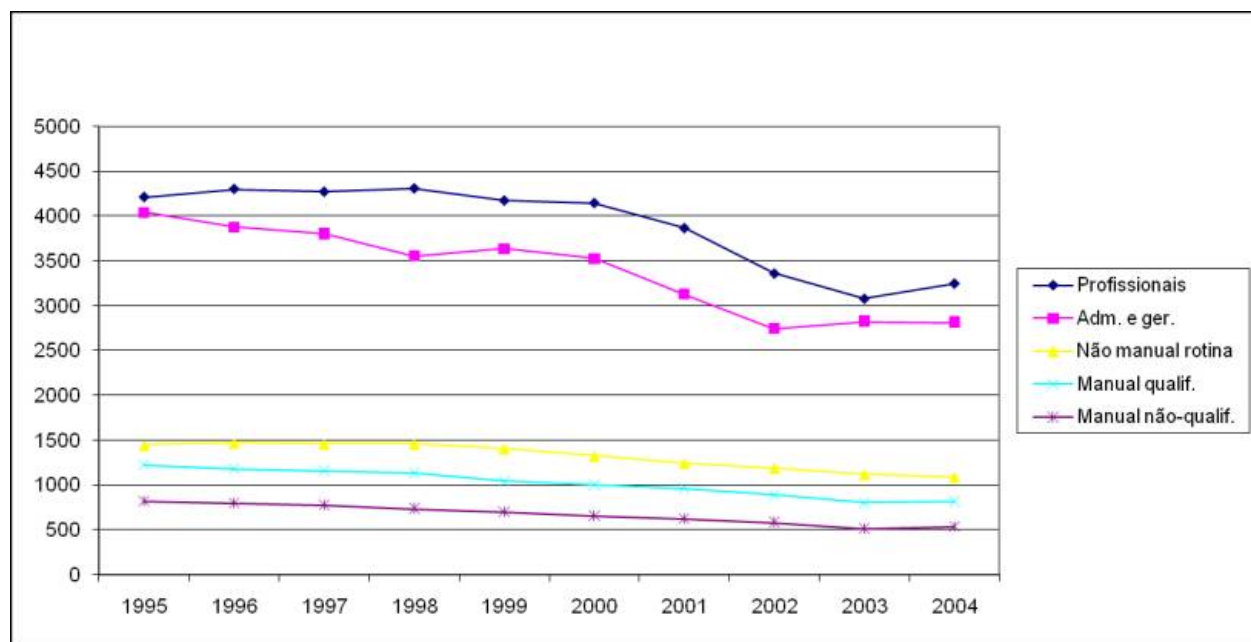
**Gráfico 1 - Variação da distribuição do emprego por setores econômicos (%), RMSP, 1989 a 2004.**



Fonte: Comin, A. a partir de dados da PED, Seade.

Essas mudanças produtivas se fizeram acompanhar de importantes deslocamentos nos salários, na precarização e no desemprego, como podemos ver nos gráficos a seguir. No gráfico 2 podemos observar a evolução dos salários médios por grupos de ocupação. Como podemos ver, a tendência ao longo da década de 1990 é de lento declínio, com uma piora mais concentrada a partir de 2000. A partir de 2002 a situação se estabiliza e as informações existentes para os últimos anos, mas não incluídas no gráfico, sugerem uma pequena melhora nos últimos quatro anos. Vale ainda destacar que apesar da situação piorar para todos os grupos, tende a se degradar mais intensamente para os grupos mais bem posicionados na estrutura de ocupações, ocorrendo em especial no final dos anos 1990 uma redução perversa da desigualdade, pela redução mais do que proporcional dos rendimentos mais elevados.

**Gráfico 2 - Salários médios por grupos de ocupação, RMSP, 1995 a 2004.**



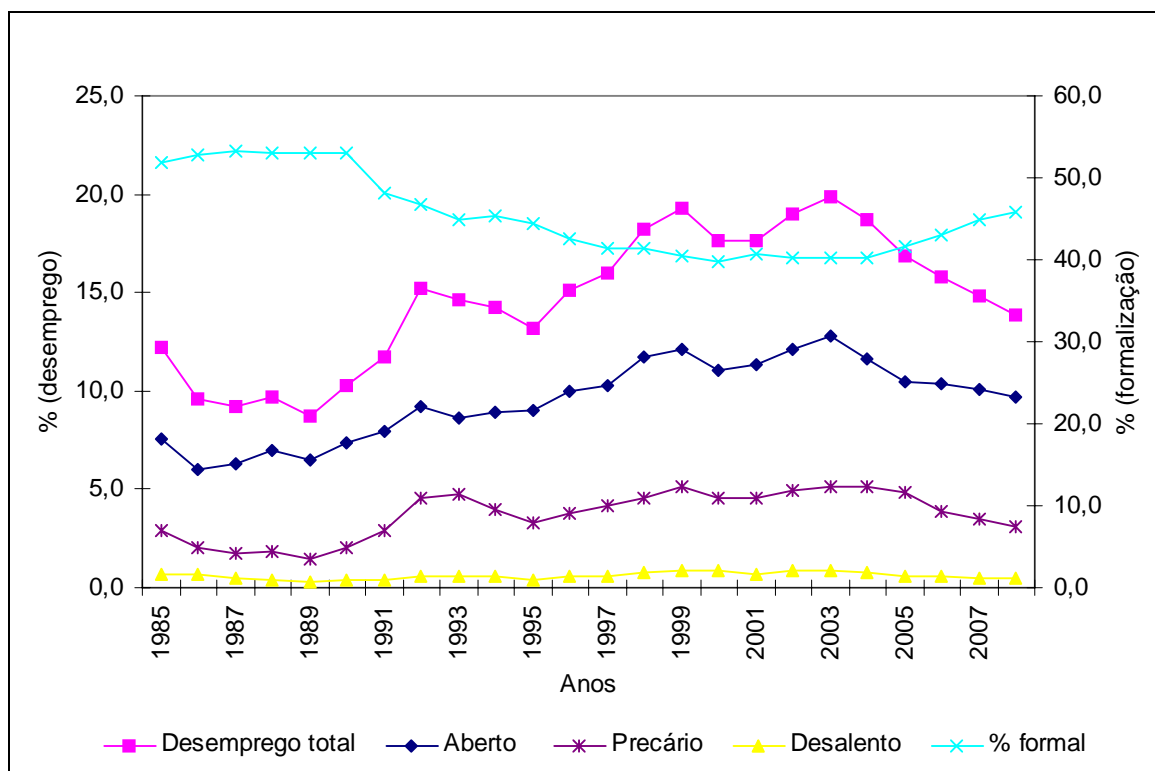
Fonte: Comin, A. a partir de dados da PED, Seade.

Em termos estruturais, outra mudança de grande parte diz respeito à presença feminina no mercado de trabalho. Embora o processo já venha de longe e alcance o conjunto do país, vale destacar que na década de 1990 a presença relativa das mulheres cresceu significativamente, inclusive em extratos e ocupações de maior qualificação, o que não se verificava até então. Como Hoffman e Leone (2004) mostraram a partir de dados das Pnads, entre 1981 e 2002, a taxa de participação feminina se elevou de 39,2 para 46,5%, enquanto a masculina caiu de 74,6% para 71,4%, resultando em uma elevação da proporção da renda dos domicílios originária de trabalho das mulheres de 15,7% para 23,8%, enquanto a contribuição do trabalho dos homens caiu de 69,6% para 53,6% (outros 22,6% são originários de aposentadorias e outras rendas). No caso específico de São Paulo, dados da Ped/Seade indicam que a participação das mulheres se elevou de 34,4% em 1990 para 42% dos postos de trabalho em 2006. Apesar disso, e da sua escolaridade média ser superior à dos homens, suas remunerações continuam inferiores para as mesmas ocupações, em média.

O gráfico 3 a seguir complementa as informações anteriores, mostrando a dinâmica temporal do desemprego e da formalização do trabalho na região metropolitana de São Paulo entre 1985 e 2008. Como se pode ver, os anos 1990 representaram um momento de intensa piora do mercado de trabalho metropolitano, com grande elevação do desemprego e uma forte precarização do trabalho. Essa dinâmica é praticamente contínua até aproximadamente 2003, quando se inverte a tendência e tanto o

desemprego tende a cair, tanto o aberto quanto os ocultos pelo trabalho precário e pelo desalento, e o grau de formalização do trabalho tende a aumentar. Apesar dessa melhora, todas essas características continuam no final do período piores do que na segunda metade da década de 1980.

**Gráfico 3 - Desemprego e formalização do trabalho, RMSP, 1995 a 2008.**



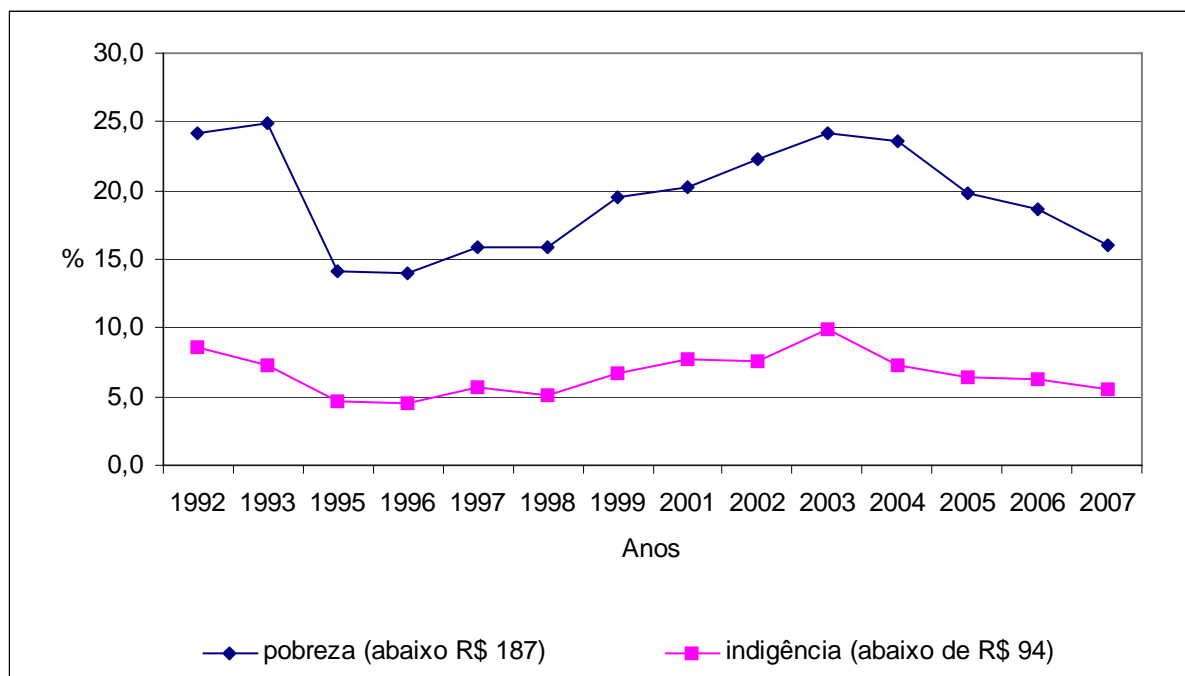
Fonte: PED, Seade.

Nota: Taxas relativas aos meses de junho.

Por fim, essas transformações anteriores evidentemente impactaram fortemente as condições sociais na metrópole. O gráfico 4 a seguir apresenta a dinâmica da pobreza e da indigência, medidas respectivamente como proporção de indivíduos com rendimento inferiores a 187 e a 94 reais. Como podemos ver, as duas curvas tem comportamento similar, com queda concentrada entre 1994 e 1995, lenta mas contínua elevação a partir de então e um novo momento de queda a partir de 2003. O primeiro momento de melhora está associado diretamente aos efeitos da estabilização monetária alcançada pelo Plano Real. A partir daí, se fizeram sentir os efeitos da reestruturação produtiva causada pela abertura comercial e financeira dos 1990, já observada por nós na degradação do emprego e dos salários, assim como nas atividades econômicas por setor. O último período de melhora, por fim, se associou ao recente período de crescimento econômico com a economia brasileira já reestruturada. No caso da pobreza, temos ainda os efeitos do

aumento real do salário mínimo e dos programas de transferência direta de renda ocorridos nos últimos anos. A situação da pobreza no final do período é próxima à encontrada no melhor momento, logo após a estabilização monetária.

**Gráfico 4 - Pobreza e indigência, 1992 a 2007, RMSP.**



Fonte: Iets, 2007, a partir de dados das Pnads.

Nota: Dados de 1994 e 2000 interpolados, já que nestes anos a Pnad não foi a campo.

Em resumo, portanto, podemos dizer que a região foi impactada, nos anos 1990, por intensa reestruturação econômica, que levou à redução relativa da presença de atividades industriais e à elevação de atividades de serviços, produtivos e pessoais. Do mesmo modo, provocou a degradação dos salários, do emprego e da situação social, em geral medida pela pobreza. Em anos recentes, em especial a partir de 2002/2003, a região viveu uma importante melhora da situação, com o declínio do desemprego e da pobreza e o aumento da formalização do trabalho e dos salários médios, embora a situação tenha no máximo retornado a patamares próximos do início da década de 1990. Essa dinâmica de melhora se associa ao período recente de crescimento econômico, com a economia já reestruturada, assim como às políticas implementadas pelos governos federal e locais.

### 3. A estrutura social em São Paulo em 1991 e 2000

Os estudos de estrutura social lançam mãos de classificações sociais variadas para descrever os atributos sociais de uma dada população, explorando as clivagens sociais mais importantes presentes em cada situação. Nesse artigo, lançamos mão de duas estratégias combinadas: a classificação elaborada por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero, conhecida como esquema de classes EGP, e o Índice Internacional de status sócio-econômico ocupacional (ISEI<sup>4</sup>). A classificação EGP parte da estrutura de ocupações, em nosso caso como descrita na amostra do Censo Demográfico, reclassificando-as segundo uma combinação entre posição no mercado de trabalho, nível de qualificação e posição na estrutura econômica, ou no interior das relações de produção. A classificação tem a vantagem de ter sido utilizada inúmeras vezes em nível internacional e no Brasil (Scalon, 1999 e Ribeiro, 2007), apresentando elevada robustez.

O Índice de status, por outro lado, foi desenvolvida por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992) e mede os atributos da ocupação que converte a educação dos indivíduos em renda. Para a construção da escala, hierarquizamos as ocupações em termos da influência indireta da educação sobre a renda e levamos em conta educação, ocupação, idade e renda.

A utilização combinada desta classificação com esses indicadores segue o que já havíamos desenvolvido em Marques, Scalon e Oliveira (2008) quando comparamos as estruturas sociais das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo em 2000. Optamos por essa estratégia analítica pois nos possibilita descrever a estrutura e suas transformações com as classes, ao mesmo tempo que nos fornece uma variável contínua – o Índice – que ajuda a mensurar a variação do status das próprias classes ao longo do tempo.

A comparação temporal da estrutura social que desenvolvemos a seguir é baseada nas amostras dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Como vimos na seção anterior, o ano de 2000 representou o ponto mais baixo da curva dos indicadores analisados, quando o desemprego, a informalidade e a pobreza estavam próximos de seus pontos mais elevados enquanto os salários estavam em seu ponto mais baixo. Embora as informações apresentadas a seguir digam respeito a estruturas de classe, o momento da sua mensuração, portanto, representou uma conjuntura bastante desfavorável, na qual seria especialmente possível que encontrássemos polarização social.

A Tabela 1 a seguir apresenta a distribuição percentual das categorias EGP na região metropolitana de São Paulo em 1991 e 2000.

---

<sup>4</sup> ISEI segue a sigla em inglês de International Social-Economic Index of Occupational Status (Ganzeboom, De Graaf e Treiman, 1992).

**Tabela 1: Distribuição das classes EGP, RMSP, 1991/2000**

Classes	1991	2000
I. Profissionais de nível alto	4,6	5,8
II. Profissionais de nível baixo	9,7	11,3
IIIa. Trabalhadores não-manual de rotina, nível alto	16,0	13,9
IIIb. Trabalhadores não-manual de rotina, nível baixo	13,4	14,8
IVa. Proprietários empregadores	3,4	1,9
IVb. Conta própria	2,0	2,9
IVc. Fazendeiros	0,1	0,0
V. Técnicos e Supervisores do trabalho manual	2,0	2,4
VIIa. Trabalhadores manuais qualificados	26,3	25,5
VIIb. Trabalhadores manuais não qualificados	21,6	21,0
VIIc. Trabalhadores rurais	1,0	0,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Scalon (2006) a partir dos Censos Demográficos.

Como se pode ver, os dados não evidenciam grandes mudanças em termos de estrutura social. Apesar disso, ocorreram transformações, cujo significado sociológico vale destacar:

1. Os profissionais, tanto de nível alto quanto baixo, aumentaram a sua presença relativa.
2. Dentre os trabalhadores não manuais de rotina, os de nível alto caíram, enquanto os de nível baixo se faziam em 2000 mais presentes.
3. Os por conta própria aumentaram a sua participação relativa na década.
4. Entre os trabalhadores manuais, houve redução na presença relativa dos qualificados.

As demais categorias quase não experimentaram mudança. Os empregadores diminuíram sua representação, mas nesse caso a pequena presença do fenômeno torna o dado mais sensível a variações de amostragem, sugerindo que olhemos esta variação com cautela.

Em termos gerais, podemos dizer que essas mudanças seguem o que se poderia esperar considerando as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva já destacadas. Em termos de setores econômicos, as categorias classificadas como profissionais e os trabalhadores não manuais de rotina incidem fortemente nos serviços, de forma similar com a concentração dos trabalhadores manuais nas atividades industriais. Entretanto, as pequenas variações, em especial se consideramos as

observadas na dinâmica das atividades, sugerem que as mudanças produtivas talvez tenham envolvido reestruturação de vulto maior no mundo das empresas (e dos salários) do que propriamente das atividades e ocupações. Dito de outra forma, embora a classificação das atividades econômicas por setor possa ter mudado muito pela reorganização do tecido empresarial, as ocupações dos indivíduos propriamente ditas talvez tenham mudado menos intensamente.

A Tabela 3 a seguir detalha a distribuição das categorias por sexo, o que nos permite acrescentar alguns elementos interessantes à análise. Como se pode ver em ambos os anos, as mulheres estão fortemente sobre-representadas entre os trabalhadores não manuais de rotina níveis baixo e alto, assim como entre os manuais não qualificados. Os homens, por sua vez, estavam em 1991 sobre-representados entre os profissionais de níveis alto e baixo, assim como entre os trabalhadores manuais qualificados, categoria majoritariamente vinculada ao trabalho industrial. Vale destacar que no final do período as mulheres igualaram a presença masculina nos profissionais de nível alto e se tornaram sobre-representadas na classe dos profissionais de nível baixo, caindo relativamente, entretanto, entre os trabalhadores manuais de rotina de nível alto.

**Tabela 3: Distribuição das classes segundo sexo, RMSP, 1991 e 2000**

Classes sociais	1991		2000	
	Sexo		Sexo	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
I. Profissionais de nível alto	5,0	3,7	5,9	5,7
II. Profissionais de nível baixo	10,3	8,5	10,4	12,6
IIIa. Trabalhadores não-manual de rotina, nível alto	12,3	22,6	11,4	17,5
IIIb. Trabalhadores não-manual de rotina, nível baixo	10,5	18,7	10,8	20,7
IVa. Proprietários empregadores	4,1	2,1	2,3	1,2
IVb. Conta própria	2,2	1,6	3,2	2,4
IVc. Fazendeiros	0,1	0,0	0,0	0,0
V. Técnicos e Supervisores do trabalho manual	2,7	0,7	3,5	0,8
VIIa. Trabalhadores manuais qualificados	32,6	15,0	34,3	12,5
VIIb. Trabalhadores manuais não qualificados	18,9	26,5	17,6	26,2
VIIc. Trabalhadores rurais	1,2	0,6	0,7	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

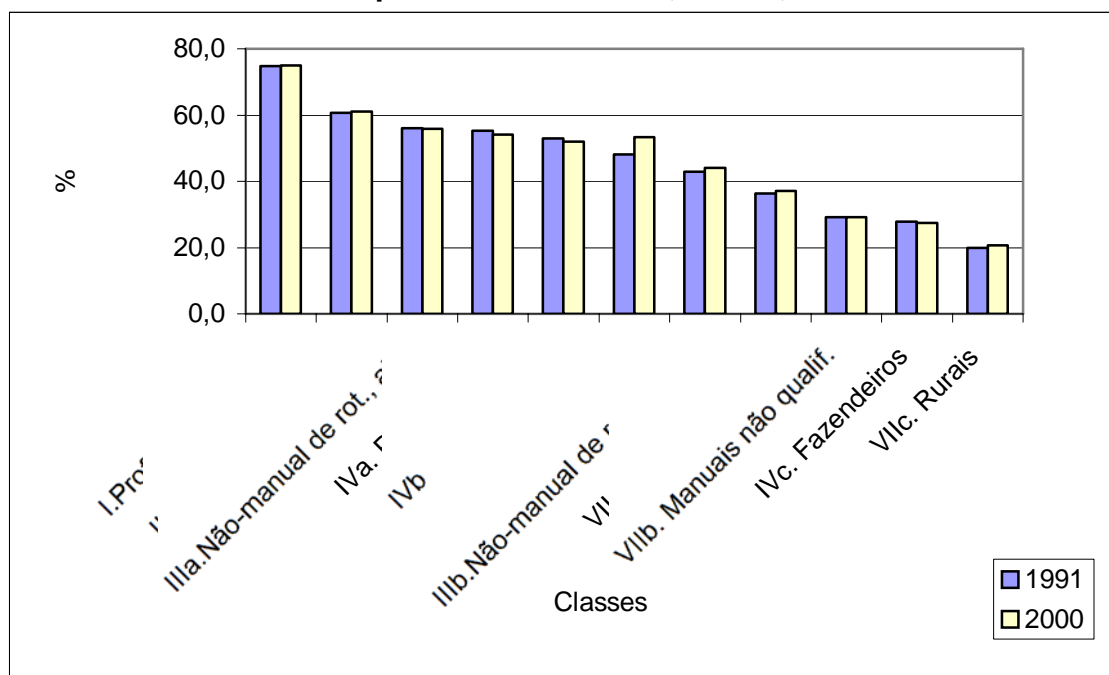
Fonte: Scalon (2006) a partir dos Censos Demográficos.

Com relação ao Índice sócio-econômico de status - ISEI, a situação da metrópole também é de relativa estabilidade, sendo a média do Índice em 1991 de 44, contra 45 em 2000. A dispersão também não tendeu a mudar muito, e o desvio-padrão do Índice

passou de 6,8 para 7,3. O Gráfico a seguir apresenta as médias do ISEI por classes em 1991 e 2000, com os grupos ordenados no sentido decrescente do Índice em 1991. Como podemos ver, não há variação significativa também no interior das classes em termos médios, exceto talvez pelos técnicos e supervisores do trabalho manual, que experimentaram melhora (passando de 48,1 para 53,4). Os trabalhadores não manuais de rotina, nível baixo e os trabalhadores manuais qualificados também experimentaram elevação, mas de menor monta. Os proprietários e os conta própria tiveram pequena piora, mas de tamanho relativo muito reduzido. As demais classes permaneceram com valores de ISEI muito próximos aos do início da década. Os desvios padrões dos ISEI por classes também tenderam à estabilidade.

O destaque da informação, portanto, é para a estabilidade geral do Índice de status por classes, mas acompanhada de uma pequena melhora das classes intermediárias, visto que três dentre as quatro categorias com índice intermediário experimentaram melhora: técnicos e supervisores, trabalhadores não manuais de rotina de nível baixo e trabalhadores manuais qualificados. Isso indica que as ocupações inseridas nesses estratos passaram a ser de melhor qualidade, com índices de status sócio-econômico mais altos.

**Gráfico 5: ÍSEI por classes sociais, RMSP, 1991/2000**



Fonte: Scalon (2006) a partir dos Censos Demográficos.



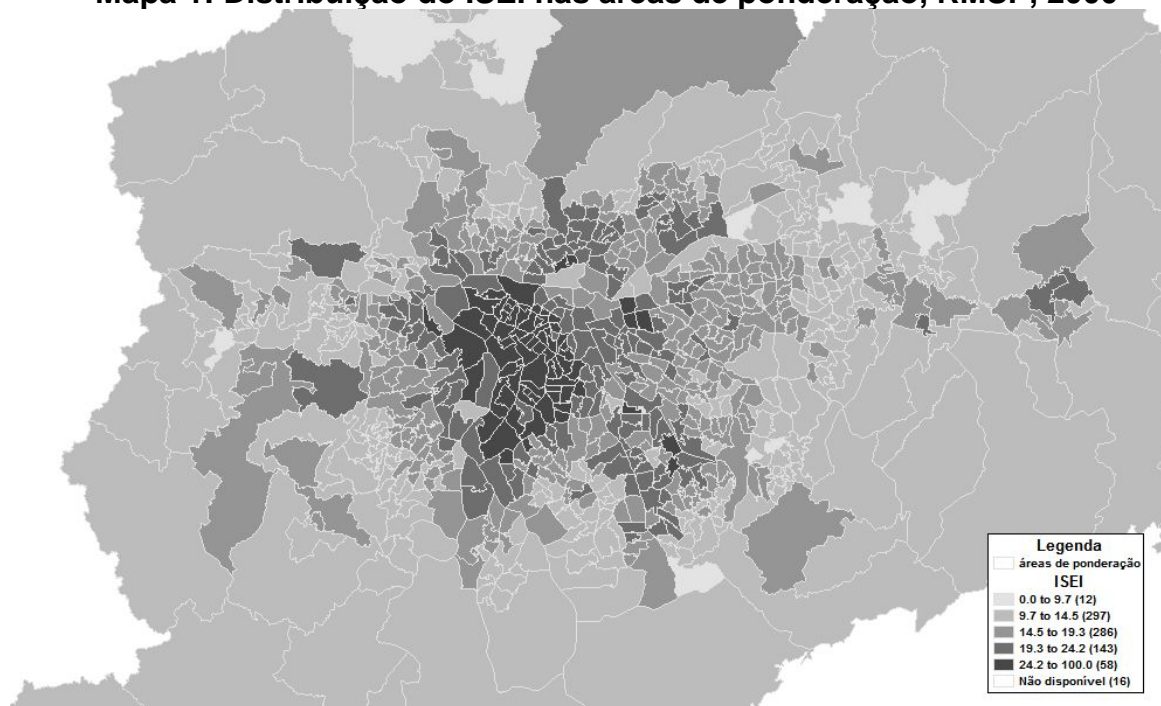
No seu conjunto, portanto, as informações observadas sugerem a ocorrência de apenas pequenas transformações, sendo os de maior vulto associados à localização das mulheres na estrutura ocupacional. Outros deslocamentos de menor monta apontam para uma ligeira melhora na posição das classes intermediárias. De uma forma geral, entretanto, essas mudanças não apontam de forma alguma para um cenário de polarização social ou ocupacional.

#### 4. A segregação em SP em 2000

Nesta seção analisamos as informações relativas às classes EGP e ao ISEI investigando seus padrões espaciais e a questão da segregação urbana em 2000. Infelizmente, a ausência dos códigos de áreas de ponderação nos dados da amostra do Censo Demográfico de 1991 impedem a realização de um estudo comparativo no tempo dos padrões de segregação. A produção de uma série histórica da segregação em nível desagregado para as cidades brasileiras poderá ser realizada apenas quando o Censo de 2010 estiver disponível.

Iniciamos pela apresentação do ISEI. O Mapa 1 a seguir apresenta a informação. Como se pode ver, a distribuição do índice é muito segregada em torno do setor Sudoeste do chamado Centro expandido. A mancha de valores de status mais elevados, entretanto, se espalha na direção da Zona Norte, da região do ABC paulista a Sudeste e no início da Zona Leste, assim como em algumas áreas de ponderação isoladas a Oeste e a Leste. Em termos muito gerais, podemos dizer que a distribuição do índice é radial e concêntrica, mas a observação dos detalhes indica heterogeneidades bastante significativas entre espaços contíguos. Essa heterogeneidade tende a ser maior nas áreas intermediárias e no início das áreas periféricas. Resultados similares foram encontrados para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, embora com metodologia e categorias distintas (Ribeiro e Lago, 1993; Mendonça, 2003 e Carvalho et. al., 2004), assim como comparativamente para o Rio de Janeiro e São Paulo por nós em Marques, Scalon e Oliveira (2008).

**Mapa 1: Distribuição do ISEI nas áreas de ponderação, RMSP, 2000**

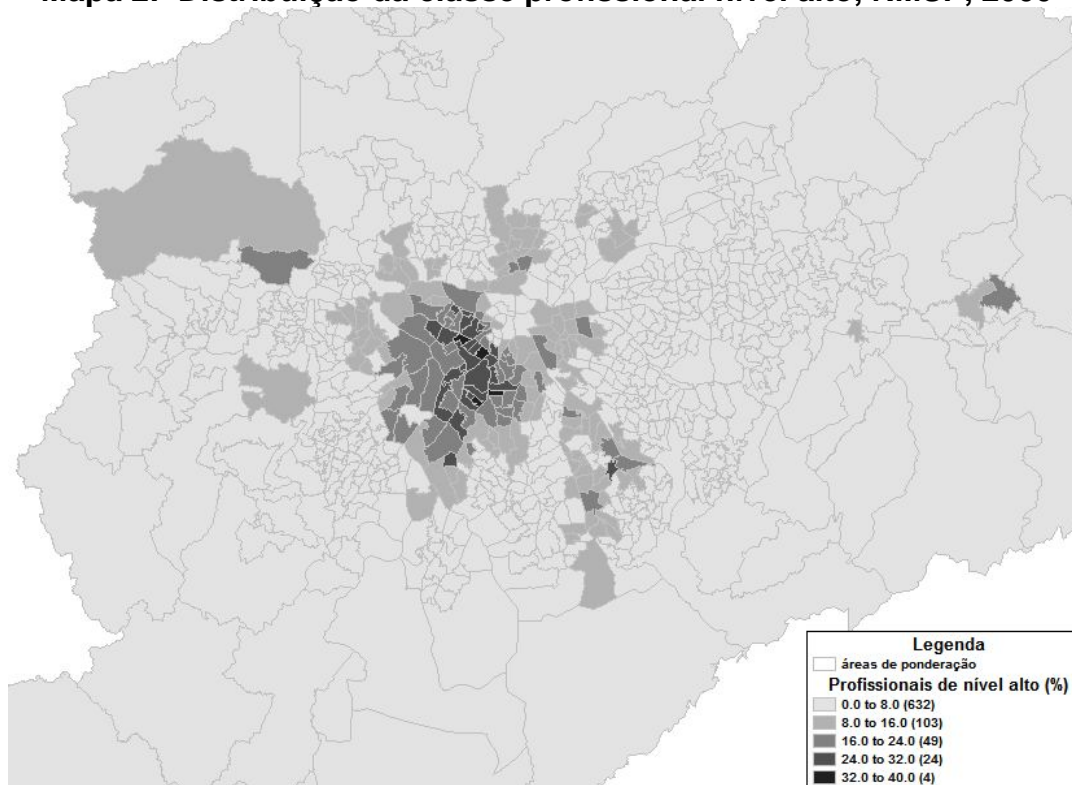


Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

A observação das classes no espaço torna esse quadro ainda mais complexo. Novamente, o resultado geral é segregado no nível das áreas de ponderação e genericamente radial e concêntrico, como descrito pela maior parte das macronarrativas sobre a metrópole. A observação dos detalhes, entretanto, indica padrões locais específicos não capturáveis por esse tipo de descrição genérica. Os Mapas a seguir apresentam a distribuição das classes. Por razões de espaço, incluímos apenas os mapas das classes que em 2000 alcançaram mais do que 5% da distribuição.

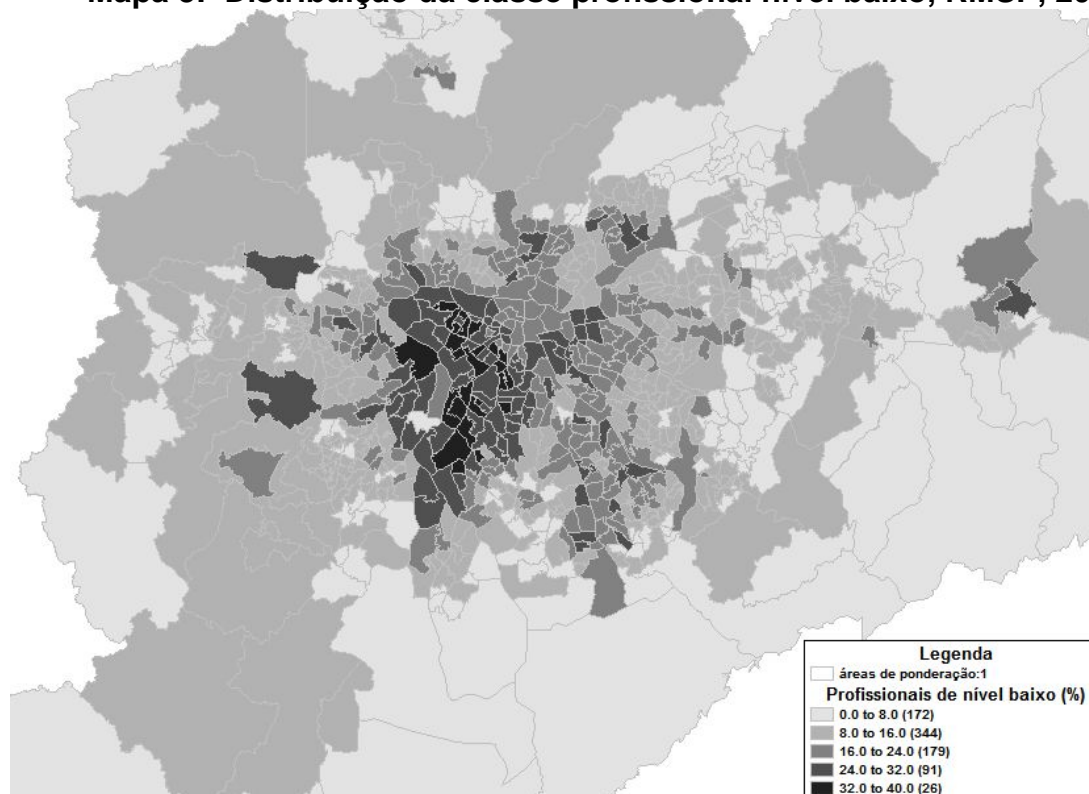
Como podemos ver nos Mapas 2 e 3, os grupos profissionais tendem a se agrupar na região sudoeste da cidade, no interior do chamado Centro expandido. Pequenos agrupamentos espaciais a Oeste, a Leste e a Sul, entretanto, fogem do padrão, e correspondem às regiões ocupadas respectivamente por grandes condomínios fechados, pelo centro do município de Mogi das Cruzes e pelo centro dos municípios do ABC paulista, em especial Santo André. De uma forma geral, a distribuição dessas classes é a que mais se assemelha à forma urbana usualmente considerada.

**Mapa 2: Distribuição da classe profissional nível alto, RMSP, 2000**



Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

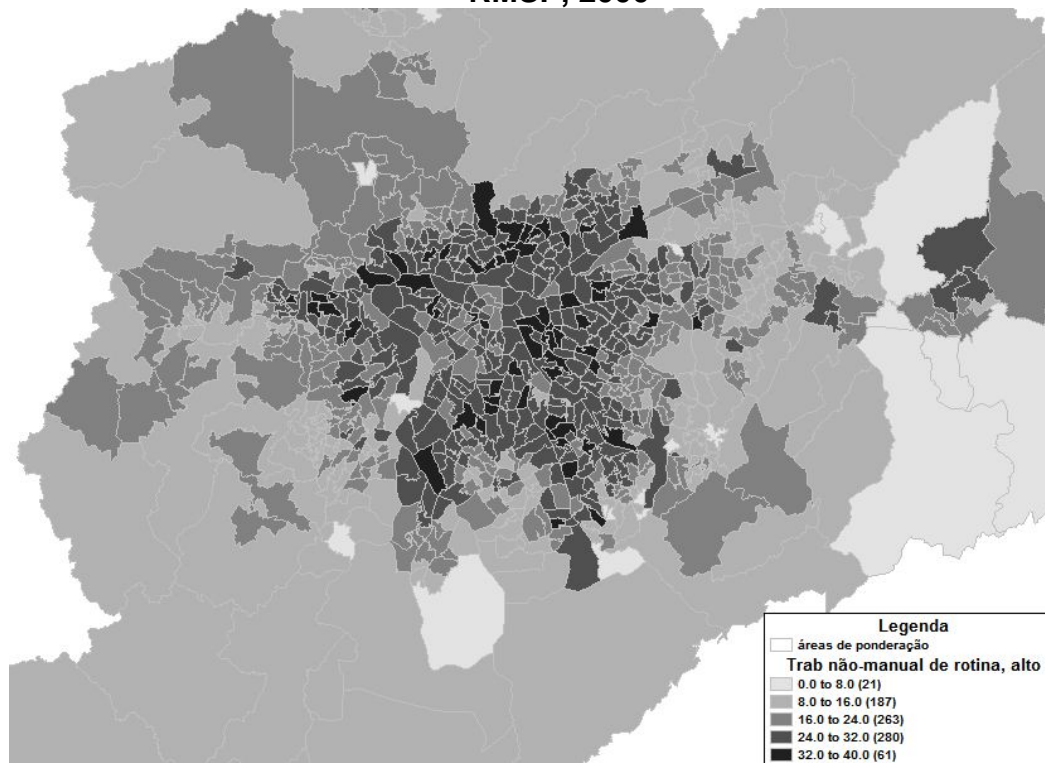
**Mapa 3: Distribuição da classe profissional nível baixo, RMSP, 2000**



Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

Se a localização dos grupos mais bem posicionados na estrutura social ainda apresenta uma feição genérica radial e concêntrica, a das demais classes não pode ser assim descrita. Como podemos ver, essa o grupo dos trabalhadores não-manuais de rotina se distribui por uma área muito mais ampla a Norte, Leste e Sul, sendo bastante difícil especificar um padrão, exceto a pequena presença nas áreas da periferia extrema.

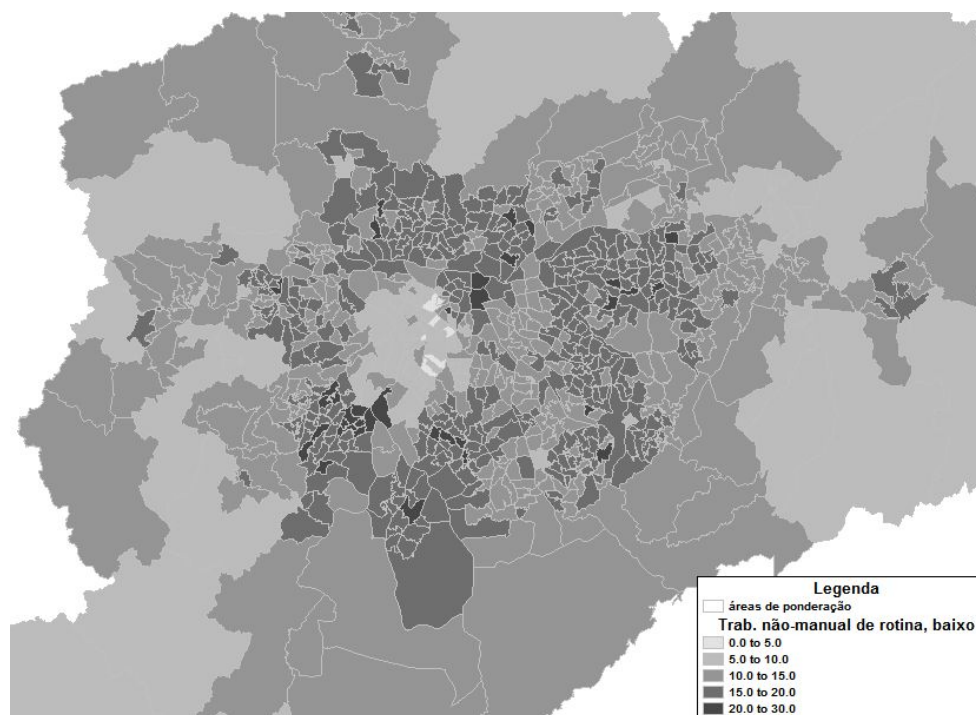
**Mapa 4: Distribuição dos trabalhadores não manuais de rotina, nível alto, RMSP, 2000**



Fonte: Scalón (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

O Mapa 5 a seguir indica um padrão menos central, ou localizado no primeiro anel entorno do centro expandido, assim como em direção às periferias Leste, Norte e Sul. O principal padrão aqui talvez seja a baixa presença no setor sudoeste do centro expandido, marcadamente ocupados pela classe especializada no Mapa 2.

**Mapa 5: Distribuição dos trabalhadores não manuais de rotina, nível baixo, RMSP, 2000**

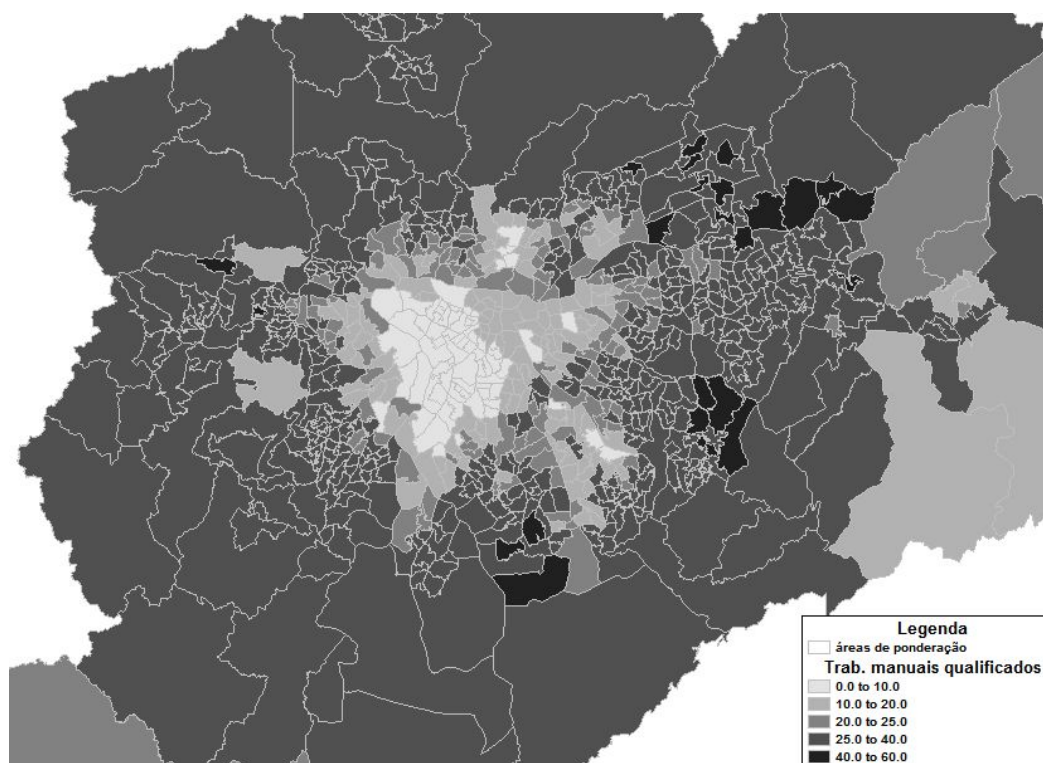


Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

Por fim, os Mapas 6 e 7 apresentam a distribuição das classes dos trabalhadores manuais qualificados e não qualificados. Como se pode ver, o mesmo padrão de exclusividade do setor Sudoeste do Centro expandido se faz presente e padrão da presença dessas classes é francamente periférico. Vale destacar que esse mesmo padrão de não presença das classes pior inseridas se faz presente no centro do ABC paulista a Sudeste, representando os Mapas quase um negativo dos Mapas 2 e 3. No caso dos trabalhadores qualificados, áreas mais densas se localizam junto aos principais centros industriais, em Guarulhos a Nordeste e no ABC paulista a Sudeste e Sul. O padrão de distribuição dos trabalhadores manuais não qualificados, entretanto, é bem menos nítido, inclusive no que diz respeito à localização dos grupos mais bem posicionais.

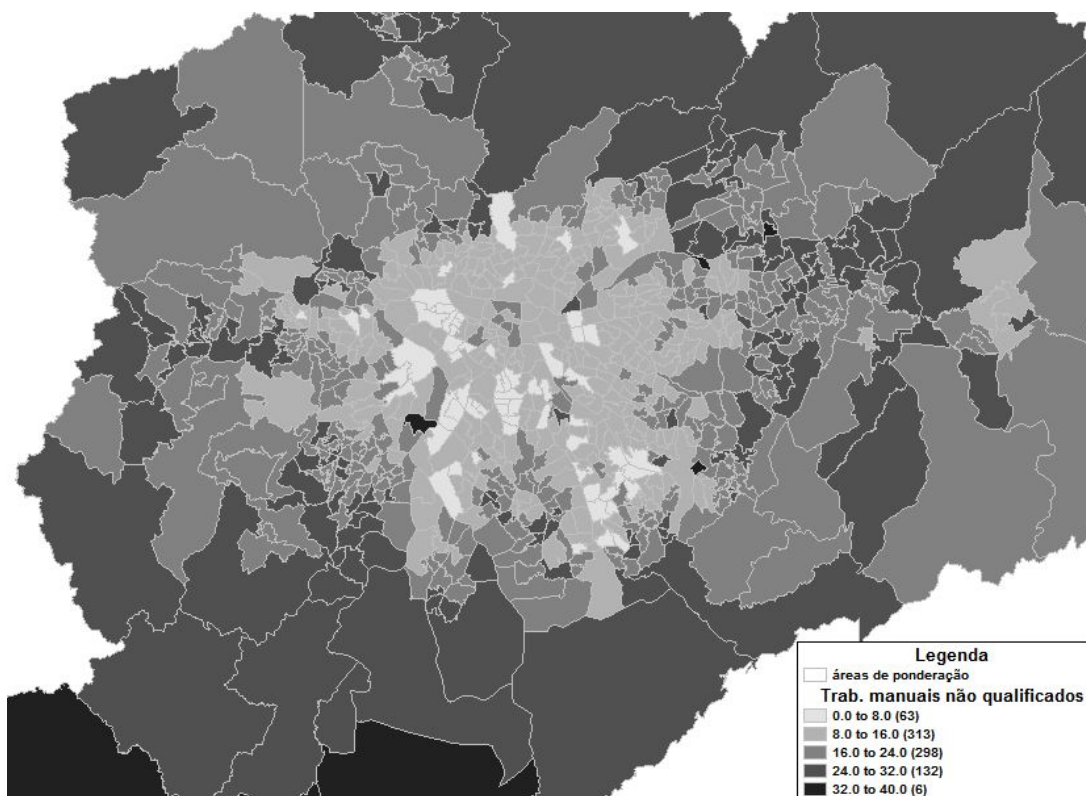


**Mapa 6: Distribuição dos trabalhadores manuais qualificados, RMSP, 2000**



Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

**Mapa 7: Distribuição dos trabalhadores manuais não qualificados, RMSP, 2000**



Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

A análise dos padrões espaciais visíveis nos mapas anteriores fica mais precisa se lançarmos mão de técnicas de mensuração da concentração dos grupos sociais ou da segregação social no espaço. Essas técnicas avaliam o grau de associação de um dado indicador para uma área específica com os relativos às áreas vizinhas, investigando a existência de padrões aleatórios ou de correlações espaciais. Nesse artigo utilizaremos o Índice de Moran Global (Anselin, 1995), que avalia o grau de associação entre uma dada variável em uma área e o valor dessa área para o conjunto das áreas<sup>5</sup>. O índice varia entre -1 e +1 e pode ser interpretado como um índice de correlação entre o valor do indicador em uma área e a de seus vizinhos. O Índice de Moran Global representa a síntese das correlações entre áreas e suas vizinhanças, e não permite a discussão dos espaços desagregadamente. Apesar disso, ele representa uma ferramenta importante para uma descrição ampla, reforçando as análises anteriores. A Tabela a seguir apresenta a informação.

**Tabela 4: Índice de Moran Global, RMSP, 2000**

Classes	Índice de Moran
I. Profissionais de nível alto	0,79
II. Profissionais de nível baixo	0,73
IIIa. Trabalhadores não-manual de rotina, nível alto	0,66
IIIb. Trabalhadores não-manual de rotina, nível baixo	0,59
IVa. Proprietários empregadores	0,59
IVb. Conta própria	0,23
IVc. Fazendeiros	0,25
V. Técnicos e Supervisores do trabalho manual	0,35
VIIa. Trabalhadores manuais qualificados	0,78
VIIb. Trabalhadores manuais não qualificados	0,62
VIIc. Trabalhadores rurais	0,51
ISEI	0,78

Fonte: Scalon (2006) a partir de Censo demográfico 2000, IBGE.

(\*) Calculado a partir da média dos questionários da amostra na área de ponderação.

Como podemos ver, os grupos mais segregados são os profissionais e os trabalhadores qualificados – entre 0,7 e 0,8, informação já sugerida pela observação dos mapas temáticos anteriores. Como vimos, a localização desses padrões espacial de segregação é muito diferente, embora o patamar da segregação seja similar. Tanto trabalhadores não manuais de rotina (de nível alto e baixo) quanto manuais não

<sup>5</sup> Foi utilizada a vizinhança imediata (chamada de primeira ordem).

qualificados apresentam índices de segregação um pouco mais baixos – de 0,59 a 0,66. Apesar da diferença, entretanto, o patamar de segregação mesmo para esses grupos é elevado. Essa informação é confirmada pelo elevado índice do Moran do ISEI – 0,78 – comprovando a existência um intenso padrão de segregação por status na cidade<sup>6</sup>.

Os menores índices são de classes menos presentes numericamente, e devem ser considerados com cautela, pois pode ser fortemente influenciados pela presença de apenas um ou outro agrupamento no espaço.

Portanto, as informações permitem sustentar a existência de elevada segregação por classes sociais na cidade de São Paulo em 2000. Os padrões espaciais dessa segregação sugerem um padrão genericamente radial e concêntrico das classes, mas que, quando observado nos detalhes, indica a existência de várias peculiaridades não passíveis de descrição por tal descrição da forma urbana. A distribuição dos grupos parece estabelecer mais claramente uma regra de exclusão no setor Sudoeste do Centro expandido da metrópole, onde se localizam.

Com relação à dinâmica na década, infelizmente, a inexistência de identificação dos questionários da amostra do Censo 1991 impede que procedamos com a segregação o mesmo tipo de exercício de comparação que realizamos na terceira seção desse artigo. Vale acrescentar, entretanto, que estudos utilizando variáveis como renda e escolaridade para a construção de índices de segregação (Torres, 2005), ou usando conjuntos de indicadores submetidos a análise fatorial (Marques, Gonçalves e Saraiva 2005), ambos para investigar a dinâmica da segregação entre 1991 e 2000, indicaram também aí uma significava estabilidade na distribuição dos grupos sociais.

#### A guisa de conclusão

A título de conclusão podemos apontar a extrema estabilidade da estrutura de classes na região metropolitana de São Paulo. Analisamos uma década de importantes transformações, algumas ainda em curso: grandes reconfigurações de fronteiras, mudanças nos modos e nos mundos do trabalho, afirmações identitárias, globalização da informação e do capital. Mas parece que nada disso foi capaz de abalar a rígida estrutura de classes em nossa sociedade. São Paulo de 1991 é muito semelhante à São Paulo de 2000, no que diz respeito aos estratos sociais. Claro que reconhecemos mudanças em vários níveis, mas tomando uma perspectiva menos fina e observando o agregado das classes sociais, quase nada mudou.

---

<sup>6</sup> Em Marques, Scalon e Oliveira (2008), foi encontrado um índice de 0,69 para o Rio de Janeiro e 0,73 para São Paulo, mas sem considerar algumas das áreas de ponderação da zona rural.



Este trabalho expôs a inabalável segurança dos processos de reprodução de desigualdades e sua capacidade de absorver e sobreviver a ondas de transformação na sociedade. Indicando que, talvez, essas mudanças não tenham sido tão profundas a ponto de reverter o longo processo de construção da estrutura social em que vivemos. Chamamos atenção para o fato de estarmos trabalhando com uma perspectiva bastante macro, já que não seccionamos por categoria profissional ou por atividade, como grande parte dos estudos que se inscrevem no campo da Sociologia do Trabalho. Dessa forma, os resultados devem ser entendidos como expressão de uma opção de análise muito agregada.

Dentre as mudanças observadas, verificou-se uma mudança na estrutura ocupacional das mulheres. Esta é, talvez, a maior transformação porque passaram as sociedades ocidentais. Sabemos que os determinantes de estratificação que impactam sobre as chances de vida dos indivíduos são múltiplos. Recordamos, aqui, o argumento da existência de um mercado de trabalho segmentado por gênero, que produz espaços ocupacionais específicos para as mulheres que são, em geral, mais desvantajosos em termos de status. Nele, as mulheres tendem a ser alocadas em posições que reproduzem suas atividades na esfera doméstica, voltada para o cuidado do outro.

As diferenças de gênero na alocação dos indivíduos em posições no mercado de trabalho demonstram ser um forte componente de estruturação na distribuição das ocupações; que cria setores claramente destinados à absorção de mão-de-obra feminina enquanto reserva outros setores identificados como trabalho masculino. Esse processo de segmentação do mercado de trabalho resulta na alocação diferenciada de homens e mulheres dentro da estrutura de emprego. Como aponta Dex (1987), as mulheres são destinadas a ocupar posições em um leque mais restrito de ocupações, basicamente nos empregos de escritório, no manual não especializado ou semi-especializado, como a indústria tradicional e o setor de serviços, e no trabalho doméstico.

A análise espacial exibiu o quadro de segregação geográfica das classes, reafirmando, em grande medida, o argumento de Bourdieu. De certa forma, é possível falar de uma topologia social, na qual há sobreposição do espaço social e do espaço territorial. Colocar as classes em seus lugares revela a distância que existe entre elas. Do mesmo modo, desvenda as fronteiras, muros e barreiras que são construídos não apenas sobre a base das diferenças culturais, de estilo de vida, de poder; mas erguem-se, também, sobre o alicerce da distância espacial.

## Bibliografia

- Anselin, L. (1995), "Local Indicator of Spatial Association – LISA". *Geographical Analysis*, nº 27, pp. 91-115.
- Breen, R. (2004). *Social Mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (1989) – O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand.
- Camargo et all (1976) São Paulo, 1975: crescimento e pobreza.
- Campolina Diniz, C. e Campolina, B. (2007). A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. In: Revista eure (Vol. XXXIII, Nº 98), pp. 27-43.
- Carvalho, I., Souza, Â. e Pereira, G. (2004), "Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica". In: Cadernos CRH, vol. 17, nº 41, pp. 281-297.
- Castells, M. (1983). A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dex, Shirley (1984) - "Work History Analysis, Women and Large Data Sets". The Sociological Review, vol. 32 nº 4, 637-661.
- \_\_\_ (1987) - Women's Occupational Mobility: A lifetime perspective. London, The Macmillan Press.
- Erikson, R. Goldthorpe, J. H. e Portocarrero, L. (1979), "Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies". In: British Journal of Sociology, vol. 30, pp. 415-441.
- Erikson, R. e Goldthorpe, J. H. (1993). The Constant Flux. Oxford: Oxford University Press.
- Freidman, J. (1986) The world city hypothesis. In: Development and change, 17 (1): 69-84.
- Ganzeboom, H; De Graaf, P.; Treiman D. (1992). "A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status." In: Social Science Research 21:1-56.
- Hamnett, C. 2003 Unequal City: London in the Global Arena. Londres: Routledge.
- Hoffman, R. e Leone, E. (2004). "Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002". In: Nova Economia, 14 (2), 35-58.
- Knox, P. e Taylor, P. (2005) World cities in a world-system. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kowarick, L. (1979). A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kowarick, L. (1981) Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leal Maldonado, J. (2007), "Desigualdad social, segregación y mercado de vivienda en Madrid. In: Leal Maldonado, J. (org.) Vivienda y segregación en las grandes ciudades europeas. Madrid: Universidad Computense de Madrid.
- Maloutas, T. (2007), "Segregación, polarización social y desigualdad en Atenas durante los 90. In: Leal Maldonado, J. (org.) Vivienda y segregación en las grandes ciudades europeas. Madrid: Universidad Computense de Madrid.
- Marques, E.; Gonçalves, R. e Saraiva, C. (2005). "As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990". In: Novos Estudos, No 73.
- Marques, E., e Torres, H. (2000). "As transformações recentes em São Paulo e o debate das cidades globais". In: Novos Estudos Cebrap, No. 55.
- Marques, E., Scalon, C. e Oliveira, M. A. (2008). "Comparando Estruturas Sociais no Rio de Janeiro e São Paulo". In Dados, Vol. 55, No. 1.
- Mollenkopf, J. (2008). Global city or European/American city? Conferência no Seminário Internacional Social Division = Spatial Fragmentation? Globalization, Economic Transition, and Social Structures in the Global Cities of the 21st Century, realizado em Berlin pela FES.
- Park, R.; Burgess, E. e Mckenzie, R. (1925). The city. Chicago: The University of Chicago Press.

- Perlman, J. (1981). O mito da marginalidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed.
- Pinçon-Charlot, M.; Preteceille, E. e Rendu, P. (1986). Ségrégation Urbaine: Classes sociales et Équipement collectifs région parisienne. Paris: Ed. Anthropos.
- Preteceille, E. (2006). "La ségrégation sociale a-t-elle augmenté? La métropole parisienne entre polarization et mixité" In: Société Contemporaines, No 62.
- Ribeiro, C. (2007). Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. São Paulo: Edusc/Anpocs.
- Ribeiro, L. e Preteceille, E. (1999), "Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos Anos 80". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, nº 40, pp. 143-162.
- Ribeiro, L.C. e Lago, L. (1993). As novas polarizações sociais nas grandes metrôpoles brasileiras: algumas hipóteses. Trabalho apresentado no XVII Encontro da ANPOCS. Caxambu: xerox.
- Sassen, S. (1991). The global city: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press.
- Scalon, C. (1999) Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências. Rio de Janeiro, Revan. 1999.
- Scalon, C. (2006). Relatório Final de Bolsa de Professora Visitante. São Paulo, CEM/FAPESP, mimeo.
- Torres, H. (2005) "Medindo a segregação". In: Marques, E. e Torres, H. (org.) São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. SENAC.